

HISTÓRIA E VIOLÊNCIA COTIDIANA DE UM “POVO ARMADO”

Valmir Batista Corrêa*

Resumo

A história da região mato-grossense até meados do século XX foi literalmente a história de um povo armado. Desde a penetração dos sertanistas paulistas, as relações de violência ficaram estabelecidas no confronto com uma natureza hostil, com o nativo da região e pelas disputas fronteiriças. No século XX, a região foi tumultuada por um nativismo exacerbado e violento. Depois, a parte sul foi envolvida no grande conflito com Paraguai. Herdando essas fortes raízes, surgidas a partir da convivência com a violência, nas primeiras décadas do século XX a região ficou marcada pelo domínio de coronéis e de bandidos.

Palavras-chave

Violência; Fronteira; Conflitos; Coronelismo; Banditismo.

Abstract

Until the middle of the twentieth century, the history of the mato-grossense region was literally a history of an armed people. Since the arrival of the explorers from São Paulo, the violence relations have been established face to the hostile natural environment, to native people and to border struggles. In the 20th century, the region was disturbed with excessive and violent native feelings. After that, the southern part was involved in a massive conflict with Paraguay. In inheriting these strong roots, arisen from facing violence in the first decades of the 20th century, the region was characterized by the power of political chiefs and bandits.

Keywords

Violence; Border; Struggles; Political chiefs; Bandits.

O processo de ocupação territorial da região mato-grossense (hoje os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) iniciou-se como decorrência do interesse na mão-de-obra escrava indígena, para em seguida voltar-se à atividade mineradora, moldando uma sociedade violenta e instável que perdurou por séculos. Com a descoberta de ouro nas margens do rio Coxipó (onde foi fundada a vila de Cuiabá), a região foi surpreendida por uma crescente onda populacional, fruto da esperança de um rápido enriquecimento. Esta incipiente ocupação baseou-se na formação de cidadelas fortificadas, isoladas e dispersas numa vasta extensão de terra. “Chegaram expedições partidas de São Paulo com numerosa gente, atraída pela notícia do ouro descoberto; vieram por via fluvial, com muito trabalho, fome e sofrimento”.¹

A partir daí, teve início uma efetiva colonização da região, na tentativa de suprir suas necessidades vitais e criar melhores condições de defesa das terras conquistadas. No entanto, a própria perspectiva do lucro fácil com a mineração e o meio ambiente encontrado constituiu-se nas primeiras dificuldades para a sua ocupação extensiva. As condições hostis então inerentes à região mato-grossense condicionaram a formação de uma sociedade identificada, muitas vezes, com a violência do seu cotidiano.

VIOLÊNCIA: um confronto com a natureza

A caracterização da relação violência-natureza na região e suas implicações na estrutura social em formação é o primeiro passo para a compreensão das formas de violência que apareceram mais tarde nas manifestações políticas da província de Mato Grosso² e nas lutas fratricidas na República Velha.³ Nas considerações iniciais sobre as condições da formação dessa sociedade, deve-se levar em conta a falta de técnicas apropriadas de exploração e o desconhecimento do ambiente natural, que impuseram limites ao homem em seu papel de agente transformador na conquista de um novo território. Desse modo, o estabelecimento de relações de simples convivência e o caráter primitivo e rude dessa ocupação permitiram aos primeiros povoadores vivenciar uma *violência costumeira*.⁴

Em Mato Grosso, o elo de ligação entre o homem e a natureza revelou-se na própria luta pela sobrevivência. Da descoberta de ouro decorreu a introdução do homem num ambiente cuja hostilidade variou desde doenças epidêmicas até ataques indígenas, levando-o a uma coexistência forçada com a violência extrema.

O deslocamento de um grande contingente populacional para Mato Grosso, no segundo decênio do século XVIII, foi resultado da rápida propagação da notícia da descoberta de ouro na região. Era composto, em sua quase totalidade, por indivíduos que procuraram obter o que lhes fora negado na terra de origem: a riqueza. Deste confronto *posse da terra versus natureza* resultou não só numa nova expressão de violência, como também numa sociedade com características instáveis e com intensa mobilidade.

Essa população flutuante, sempre pronta a se dirigir para novos sítios auríferos, atendeu indiretamente aos interesses da coroa portuguesa, tornando-se, portanto, agente de propagação da colonização metropolitana. Nesse sentido, ocorreu uma identificação do nomadismo com a conquista e a ocupação da região, possibilitando assim a infiltração portuguesa no afã de adquirir e fortalecer seu domínio sobre novas terras.

O tipo de exploração incentivado por Portugal em Mato Grosso, região de mineração e área de fronteira, foi moldado pelos mesmos traços de violência típicos da relação metrópole-colônia. E mecanismos de controle foram os principais elementos reguladores da economia dentro do espírito mercantilista da época. Assim, as relações de exploração existentes entre metrópole e colônia, súditos e natureza, assumiram a violência como forma de garantir a posse da terra conquistada, transformando o homem e a natureza em instrumentos de uma política espoliativa.

De maneira oficial, a ocupação territorial da inóspita região mato-grossense, na concepção colonialista de Portugal, desencadeou-se objetivando ocupar pontos estratégicos na área de mineração e na área fronteira. Dessa forma, surgiram os primeiros núcleos de população vinculados à produção aurífera. Mais tarde, com esse mesmo espírito e independente das dificuldades encontradas, Vila Bela (primeira capital de Mato Grosso) foi fundada “em terrenos e campos que todos os annos se inundam, e cercados de pantanos”⁵ dos rios Guaporé e Sararé. E, os mesmos interesses colonialistas manifestaram-se, por exemplo, na fundação de outros núcleos, como o Forte de Coimbra e Diamantino.

A preocupação primeira da metrópole não esteve na forma e condições das frentes de ocupação, mas sim no estabelecimento de um anteparo à expansão dos interesses espanhóis na América. E, na defesa de suas posses, pouco interessou à metrópole se seus representantes enfrentassem fome, doenças, animais ferozes ou outras formas de violência. De modo paralelo ao aparente descaso com que tratou seus súditos, a coroa portuguesa estimulou a concretização da ocupação efetiva da região, ao mesmo tempo em que procurou conhecer suas potencialidades através de *expedições exploradoras e geográficas*. As vicissitudes daqueles que se deslocaram de outras regiões para Mato Grosso, e dos que se instalaram na região, são encontradas em quase todos os relatos e memórias dos séculos XVIII e XIX. No confronto direto com o ambiente natural, os obstáculos que enfrentaram os representantes da Coroa, os aventureiros e os comerciantes corresponderam em geral a vencer corredeiras, saltos, pedras nas *vias navegáveis*, intermitentes ataques de insetos e de indígenas. A consequência desse confronto revelou-se na contínua manifestação de violência, utilizada não só como mecanismo de defesa, como também marcando suas relações e a vida nas primeiras comunidades mato-grossenses.

“Quem tem inimigos não dorme”

Dizer que o inter-relacionamento do homem europeu (ou luso-brasileiro) ou do negro com o indígena foi constantemente estremecido por atos de violência não condiz com os múltiplos aspectos assumidos por essa convivência diária. Nessa perspectiva, não se pretende analisar o indígena como foco de violência, mas ressaltar os aspectos que contribuíram para que a sociedade mato-grossense absorvesse a violência resultante da luta pela conquista da terra. O comportamento desta sociedade, muitas vezes preocupada em atacar ou defender-se do gentio, pode ser expressa no pensamento de Joaquim da Costa Siqueira ao afirmar que “quem tem inimigos não dorme”.⁶ Vereador da Câmara de Cuiabá, Siqueira representa a visão oficial do *conquistador* em relação ao homem da terra. Essa posição com frequência contrastou com outra visão enfocada na exploração da mão-de-obra indígena, como por exemplo, nos comboios que sustentaram o comércio entre Pará e Mato Grosso.

Da população indígena da região, uma parcela conviveu de modo pacífico com o *colonizador*. No entanto, o sentido desta convivência pode ser compreendido de uma maneira ampla, enfeixando nesse contingente desde uma ligação pacífica, do tipo aliado contra outras tribos, até a sua utilização como mão-de-obra escrava, apesar da proibição de inserir o indígena no sistema escravista. E, no desempenho de tarefas braçais, como nos serviços de navegação ou na extração de recursos naturais, ficou demonstrada a importância da habilidade indígena nos fundamentos da colonização da área.⁷

A utilização dessa mão-de-obra disponível nem sempre foi realizada com facilidade, mesmo porque uma parte desta população mostrou-se arredia à chegada de estranhos, com constantes atritos. Explicam-se assim as dificuldades surgidas no processo de ocupação da região, pois segundo um cronista da época, ao referir-se aos indígenas, “tudo levam de traição e rapina”.⁸ Para o indígena, no entanto, a crescente invasão de estranhos, notadamente através das vias navegáveis, tornou-se um latente perigo ao precário equilíbrio então existente entre os habitantes locais. E, à medida que novas levas de colonos chegavam à região, mais crescia a reação indígena, como demonstram os relatos do período e as notícias dos contínuos ataques aos comboios e às monções.

As dificuldades enfrentadas pelos comerciantes ao trazerem produtos para o comércio local, e mais a necessidade de gastos financeiros na defesa de seus comboios contribuíram para que as mercadorias comercializadas na região adquirissem preços exorbitantes.

Nesse sentido, os que tentaram se radicar, iniciando plantações ou uma incipiente produção pesqueira, necessariamente tiveram de gastar uma parte de seus esforços e capitais na manutenção de homens armados para a segurança pessoal e patrimonial. A

preocupação com a defesa dos ataques indígenas condicionou os habitantes a um tipo de vida muito próximo de uma guerra permanente.⁹ Não restou ao colonizador senão se armar e viver em pequenas cidadelas fortificadas como melhor maneira de garantir uma pronta defesa em combate de guerrilha. Como por vezes esses ataques tornavam-se esporádicos, a tensão reinante ia relaxando e a preocupação com a defesa ficava relegada a um segundo plano.

Houve ocasião em que a reação indígena não foi canalizada somente para o colono europeu, mas também para o negro cativo ou fugido. Entretanto, se por um lado o negro era alvo de ataques indígenas, por outro se tem notícia da convivência, ou mesmo integração, de negros e índios em quilombos.

Toda manifestação de violência por parte das comunidades indígenas produziu, em contrapartida, uma reação de maior intensidade por parte dos colonos. Usualmente, em função dessas crises, organizavam-se bandeiras para conter as *correrias* indígenas. Essa prática, porém, concorreu ainda mais para debilitar as já parcas finanças do governo local e, ainda que houvesse certo número de índios capturados (isto é, escravizados), pouco resultou em lucro para seus organizadores. Nesse sentido, as bandeiras locais agiram muito mais com a finalidade de repressão do que com objetivos mercantis. De forma paralela à política oficial, particulares também organizavam bandeiras para conter os *insultos* praticados pelo gentio. Foi o caso do proprietário da Fazenda Jacobina que pediu

a D. João VI permissão para repelli-los á força. Ora o governo portuguez tinha para com os indios intenções muito philanthropicas, mas concedeu essa licença, e os brasileiros, que não eram menos inclinados á ferocidade do que os selvagens, aproveitaram-se d’ella para exercerem toda a casta de barbaridades.¹⁰

Assim, as relações então existentes entre o colono ou o negro cativo com o indígena tornaram-se, a cada passo, relações de violência. E os condicionamentos desta tensa e rude forma de vida, na qual o indígena se apresentou como o foco das tensões e conflitos, motivaram na população a preocupação constante de manter uma política defensiva de ocupação.

A disputa pelo predomínio na fronteira

A posição geográfica de Mato Grosso, localizado numa área de fronteira, teve grande ascendência na forma de ocupação e de colonização portuguesa. Na primeira etapa, o confronto de interesses deu-se entre os impérios português e espanhol. Já na segunda década do século XIX, esse confronto deu-se em função das formas de organização dos estados nacionais, contrapondo o governo monárquico brasileiro e as repúblicas paraguaia e boliviana. Desta maneira, a posição estratégica de Mato Grosso tornou-se área

divisora e anteparo às aspirações espanholas, como também, em fase posterior, às influências republicanas. Assim, tanto a coroa portuguesa quanto o governo imperial brasileiro posicionaram-se defensivamente contra a presença castelhana nesta região fronteiriça.

É compreensível, portanto, que a preocupação dos capitães-generais fosse montar a administração da capitania em bases militares. Nesse sentido, escreveu um cronista do século XIX sobre o primeiro capitão-general de Mato Grosso: *foi mui vigilante na boa administração dos interesses do Estado, e dos Povos; sustentou á ponta de espada contra os Castelhanos, os Domínios Brasileiros*.¹¹

Além dos obstáculos inerentes à região fronteiriça como áreas de difícil acesso, insalubridade e presença indígena, a inexistência de uma definição clara de limites agravou ainda mais a defesa da fronteira Oeste. Os problemas surgidos desta situação, nem sempre bem definida, persistiram mesmo após a emancipação da colônia, como percebeu Castelnau ao relatar que *se os brasileiros estão sempre a invadir terras da Bolívia, por outro lado os descendentes de espanhóis chegam a reclamar até a própria cidade de Mato Grosso*,¹² antiga Vila Bela e primeira sede da capitania.

Essa extensa fronteira, com população esparsa e escassos recursos financeiros, não tinha meios de controlar a pressão castelhana. Assim, qualquer movimentação de espanhóis na fronteira levava de imediato a intranquilidade a todo território mato-grossense. A notícia de um ataque, ou invasão, deixava de sobressalto toda a população e era motivo de mobilização geral. A relação de deveres e obrigações do morador com o governo, na concepção morador-soldado, tornou-o não só defensor de suas posses como também de toda a região. Na iminência de um conflito fronteiriço, a força militar compunha-se do conjunto da população, isto é, todos os que pudessem pegar em armas eram convocados pelo governo local para dirigirem-se à área de atrito. E essa possibilidade de deslocar uma população — por exemplo, os moradores de Cuiabá — para a linha de fronteira e de litígio, motivava novo problema: o medo de um levante dos escravos, que ficavam sem a vigilância de seus proprietários, ou mesmo da tomada inesperada da localidade por castelhanos e por índios hostis.

A existência de um intercâmbio comercial paralelo e extra-oficial, ainda que estimulado pelas autoridades portuguesas locais, não impediu que as relações de fronteira fossem marcadas por um clima de rivalidade exacerbada e de violência. Essa tensão reinou durante o século XVIII, refletindo-se em todos os problemas surgidos posteriormente na fronteira.

No início do século XIX, esse território foi marcado por atritos resultantes da disputa pelo domínio da fronteira, como o ataque dos espanhóis ao Forte de Coimbra e o imediato revide dos portugueses contra o forte espanhol de São José. Já na sua segunda déca-

da, a situação de intranqüilidade transferiu-se para as relações entre o recém-inaugurado império brasileiro e uma América espanhola desagregada por lutas revolucionárias. Além das possíveis conseqüências das divergências políticas, a decadente situação econômica da província de Mato Grosso contribuiu também para a existência de um clima propício à violência na região fronteira. Em vista de sua localização espacial, distante dos centros econômicos da província, foram os habitantes da fronteira os que mais sentiram os reflexos desta crise. E a falta de recursos oficiais não permitiu às autoridades locais efetuar gastos com defesa e minorar os efeitos da decadência econômica e política na região.

Outro aspecto a ser considerado residiu na própria composição das forças militares que guarneciam os limites do império. Era costume enviar à fronteira, como castigo, elementos com maus antecedentes, envolvidos em problemas disciplinares ou em sublevações militares. E muito destes encontraram na região fronteira ambiente propício para a rebeldia e indisciplina. E, a partir do segundo decênio do século XIX, tiveram início as insubordinações e as manifestações contra a ordem estabelecida nesta faixa de fronteira. Essa escalada de violência política extrapolou o território fronteiro e acabou por envolver toda a província de Mato Grosso.

Da violência costumeira à violência política

A revolução liberal do Porto (1820), como parte de um amplo processo de desenvolvimento do *capitalismo liberal* e da consolidação do estado burguês, teve profundas repercussões na colônia e no seu processo de independência política. De fato, essas questões políticas somaram-se ao estado geral de crise do antigo regime colonial, agravado pela decadência da atividade mineira na colônia.

Assim, um dos primeiros reflexos do movimento liberal constitucionalista do Porto no Brasil foi a instalação de Juntas Governativas Provisórias nas capitâncias (que administrativamente, tornaram-se províncias), com a derrubada dos antigos governos locais, representantes da coroa portuguesa. Entretanto, as conseqüências fundamentais desses acontecimentos foram a agitação e o desencadeamento de conflitos políticos que revelaram claramente a disputa pelo poder nas províncias, o choque de interesses de grupos antagônicos e o acirramento do nativismo antilusitano, tudo isso somado ao ideal de emancipação da colônia.

A região de Mato Grosso recebeu o impacto da revolução do Porto em situação não muito diferente das outras regiões afetadas pela crise da mineração, com sua população sujeita a muita miséria, carestia e sofrimento. Essa profunda crise econômica e as condições peculiares de Mato Grosso, distante e de difícil acesso, acentuada pela inexistência de alternativas agrícola ou extrativa para exportação em grande escala, contribuíram ainda mais para acirrar a crise política local.

Quando as notícias da revolução do Porto e das Juntas Governativas chegaram à Cuiabá, as “Tropas de 1ª e 2ª linha, o Clero, a Nobreza e o Povo”¹³ depuseram o capitão-general Magessi e instalaram também a sua Junta Governativa Provisória. Em termos gerais, esses fatos demonstraram sintonia com o comportamento das elites dominantes da colônia como conseqüência dos acontecimentos na Europa. No âmbito regional, aflorou a antiga rivalidade entre Cuiabá e Mato Grosso (Vila Bela), na luta pelo predomínio político-administrativo de toda a região. Como resposta à iniciativa e supremacia dos cuiabanos, instalou-se também uma Junta Governativa na cidade de Mato Grosso que voltou a reivindicar a condição de sede do governo provincial.

A crise econômica da região e as lutas intestinas da elite dominante resultaram no crescimento da insatisfação popular, uma vez que as camadas pobres não apenas se marginalizaram economicamente, como também não se identificaram com os conflitos políticos e com o oportunismo de grupos rivais na disputa pela liderança regional. A dualidade governativa da província, com os *governos paralelos* de Cuiabá e de Mato Grosso, só terminou com a interferência do Imperador, em novembro de 1822, através da instalação de um governo legal e dos colégios eleitorais.¹⁴

O novo governo caracterizou-se por um frágil equilíbrio de poder, pela incapacidade de solucionar os problemas sócio-econômicos da região e pela falta de habilidade político-administrativa, demonstrada pela concordância com a pitoresca proposta de anexação da província de Chiquitos (localizada na fronteira boliviana), levada a efeito pelo próprio governador espanhol em abril de 1825. O ato do governo de Mato Grosso foi imediatamente desfeito pelo governo imperial, evitando-se assim um conflito de grandes proporções entre o Brasil e as nascentes repúblicas do continente sul-americano. A anexação de Chiquitos significou o apoio da Junta Governativa de Mato Grosso aos *realistas* (vinculados à Coroa Espanhola), contra os *revolucionários* republicanos que lutavam pela independência.

Em 1825, o governo imperial nomeou o primeiro presidente da província de Mato Grosso no intuito de superar a crise político-econômica da região. A sua posse deu-se em Cuiabá, sob a resistência de alguns membros do governo anterior que reivindicaram a permanência da cidade de Mato Grosso como sede político-administrativa da província.

Tanto o primeiro presidente provincial, como os demais que se seguiram, pouco ou nada fizeram para superar a caótica situação da região mato-grossense durante o período do primeiro reinado. A partir de então, a insatisfação e a agitação populares germinaram e manifestaram-se sob a forma de um nativismo exacerbado e violento, canalizado contra a participação de portugueses em cargos administrativos no período após a abdicação de Pedro I¹⁵. No entanto, as insubordinações de militares e de populares não mereceram

quaisquer medidas punitivas por parte do governo da Regência até 1834. Em 30 de maio desse ano, eclodiu em Cuiabá um movimento de caráter *revolucionário*, de grande repercussão na província aprofundando a crise política e a decadência econômica de toda região.¹⁶

Esta manifestação nativista de 30 de maio foi considerada e estudada através da historiografia tradicional sob o nome de *Rusga*.¹⁷ No entanto, a maneira como foi conduzida a reação contra o poder estabelecido, a atuação dos nativistas radicais nas camadas menos privilegiadas de Cuiabá (foco inicial da explosão nativista na província), e suas atitudes após a *tomada de poder*, revelaram fortes conotações de uma verdadeira *rebelião*.

A “Rebelião Cuiabana” teve suas raízes num amplo processo de exploração política e econômica moldado sobre privilégios *herdados* do antigo sistema colonial. Neste período, um poderoso grupo de comerciantes portugueses, muitos deles também fazendeiros, e alguns poucos brasileiros que compunham uma aristocracia rural constituíram o *grupo dominante* da capitania de Mato Grosso. Mesmo após a independência, permaneceu praticamente o mesmo grupo dominante no controle da política e da economia da região que motivou uma crescente reação nativista e atingiu o seu ponto mais crítico no período regional. Insuflada por uma liderança nativista radical, a massa marginalizada da província, segundo informações da época, formada por *soldados, população pobre, vagabundos*, voltou-se contra o grupo dominante como o responsável por todos os males que afetavam a região (falta de gêneros alimentícios, controle de preços, falta de numerário, soldados atrasados, etc.)

Assim, bastou a propagação de boatos em Cuiabá de que brasileiros adotivos (portugueses) estavam planejando assassinar oficiais da Guarda Nacional para justificar o início da rebelião e a caça aos portugueses, não só da cidade como também de outras partes da província, com mortes e saques às casas comerciais. Esta rebelião trouxe profundas consequências à província, desorganizando a atividade comercial local, esvaziando os cofres públicos e acirrando a crítica situação econômica no período. No plano político, após três meses da tomada de poder, desagregou-se o grupo nativista possibilitando desencadear uma repressão contra os rebeldes cuiabanos.

Este agitado período de manifestações de rebeldia não motivou, no entanto, mudanças objetivas e substanciais nas estruturas econômica e política, ocorrendo apenas uma substituição de lideranças no domínio político local. A derrocada do movimento nativista não representou, todavia, o fim da violência política na região mato-grossense E, da mesma maneira que as relações de violência continuaram a existir no cotidiano, permaneceram também as condições favoráveis para novas explosões de violência política em Mato Grosso.

O grande conflito fronteiriço

Junto a esses componentes históricos com fortes doses de violência e instabilidade, influenciando em muito o *modus vivendi* da população que convivia com agressões/transgressões como algo corriqueiro, o sul da província de Mato Grosso veio a sofrer um terrível impacto. Foi a invasão do Paraguai que se transformou num grande conflito envolvendo vários países e um vasto território.

A ocupação do sul da província foi um *divisor de águas* no processo de ocupação da fronteira oeste e imprimiu profundas marcas no desenvolvimento histórico da região. Seus efeitos tiveram, então, no plano político o poder de renovar as lideranças provinciais com o surgimento de novos grupos de pressão que passaram a atuar no cenário republicano. No norte do estado configurou-se, porém, a permanência das velhas lideranças da província ao lado de outros grupos, caracterizando uma nova composição de poder. No sul, por outro lado, emergiram novos grupos no processo de reocupação das terras da região devastada pela guerra e posse das imensas glebas aparentemente desocupadas da fronteira e do pantanal. Estes *coronéis* da nova frente de ocupação do território mato-grossense lutaram durante a Primeira República entre si, pela posse da terra, e contra os grupos do norte, pelo controle político do estado, surgindo a *república dos coronéis*. Este quadro favoreceu também o aparecimento de verdadeiros focos de banditismo marcadamente na região sul.

O banditismo em Mato Grosso floresceu atrelado às lutas coronelistas como parte integrante de suas forças e sobrevivendo na órbita dos *coroneis*. Essa relação *coroneis – bandidos* evidenciou uma especial fase do banditismo na região, identificada com as disputas pelo poder local e pela posse de terras. E, apesar deste ter sido um momento de constantes *ondas* de banditismo, violência e quase completa impunidade, poucos foram os bandidos/bandos que se sobressaíram ou escaparam da tutela dos *coronéis guerreiros*.

A segunda fase desse banditismo, a partir dos anos 30 e diversamente do período anterior, foi marcada pela ação de grandes bandos e de figuras que se tornaram legenda no estado, agindo de forma independente do controle dos *velhos coronéis* e transformando a região no *império de bandidos*.

Aspectos de um povo armado: coronéis e bandidos

A história de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nas primeiras décadas do período republicano (1889 – 1943), foi a história de um *povo armado*. Sua principal característica constituiu-se no uso extremo da violência que acabou por se confundir com o próprio modo de vida do mato-grossense. De fato, a violência que atingiu profundas dimensões

na política regional após a queda do regime monárquico não significou o surgimento de uma situação historicamente inédita, mas seguramente resultou do próprio processo de ocupação e desenvolvimento da região desde o período colonial.

Como seqüelas da grande guerra, o norte da província de Mato Grosso sofreu um novo processo de estagnação de sua economia e o sul (sobretudo a região fronteira) ficou devastado, com suas vilas destruídas, sua economia desarticulada e um grande vazio populacional. A banda norte (sobretudo Cuiabá), embora distante da ação direta travada contra os paraguaios, enfrentou, no entanto sérias dificuldades com a desastrosa epidemia de varíola que invadiu toda a província após a retomada de Corumbá.¹⁸ Aos sobreviventes da guerra, das doenças e da carestia restou a difícil tarefa de reconstrução e sustento da extensa província, com poucas alternativas de desenvolvimento econômico e, por isso, dependente de verbas do governo central.

Por outro lado, após a guerra, o processo de recuperação e reorganização da região mato-grossense coincidiu com a desarticulação dos mecanismos de controle do governo imperial que, especialmente na faixa fronteira, era representado por algumas guarnições militares. Distantes umas das outras, todavia, era quase impossível controlar todo o território. Como conseqüência, ao lado daqueles que procuraram organizar a sociedade mato-grossense, e em especial nas regiões diretamente envolvidas no conflito, conviveram malfetores, desertores (lembrando que o recrutamento era praticamente efetuado à força), e traficantes de toda espécie, incluindo-se os que praticaram o tráfico de paraguaios na tentativa de utilizá-los como mão-de-obra escrava após a guerra. No ano de 1872 registrou-se uma denúncia às autoridades imperiais de que um desertor estava transportando paraguaios para Corumbá na condição de escravos,¹⁹ e que estes trabalharam posteriormente sob regime de trabalhos forçados na reconstrução de uma estrada destruída pela invasão paraguaia.²⁰

Nesse sentido, mesmo após o término do conflito com o Paraguai, permaneceu na região mato-grossense um clima de instabilidade e violência. Isso vale dizer que, no instante da reocupação e reconstrução das áreas fronteiriças, as leis de um modo geral passaram a ser sistematicamente violadas, ou simplesmente ignoradas, dando continuidade ao *clima de guerra* e à impunidade na região. Apareceram assim, os primeiros focos de banditismo na região sul, às vezes perfeitamente delimitados pela concentração em determinadas fazendas, abandonadas ou arrasadas pela guerra, ou através de constantes ataques a boiadeiros, mascates e aos fazendeiros que tentavam recuperar seus bens.²¹

A esse contexto acrescentaram-se ainda os problemas herdados do período colonial e que caracterizaram anteriormente uma situação de violência e insegurança. Um claro exemplo dessa *violência costumeira* residiu no choque constante com os indígenas que,

ao contrário do que se pressupõe, não se constituíram num grave problema apenas para as monções do século XVIII. Conforme o então presidente da província, Dr. João José Pedrosa, no ano de 1878,

o que mais se faz sentir é a deficiência de força para garantir os lavradores das correrias dos índios, cada vez mais audazes. Os meus antecessores, tratando deste assumpto, lastimão sempre esta mesma falta de recursos para conter os indomáveis filhos das selvas, que annualmente, na estação da secca, costumão assaltar os moradores do interior, matando, roubando e incendiando tudo o que encontrão”.²²

Além das correrias indígenas, os fazendeiros eram também frequentemente molestados pelo roubo de gado, um dos crimes mais comuns na região e, como tantos outros, sempre impunes. Ainda conforme a mesma autoridade provincial, a impunidade era resultante, sobretudo, da “deficiência de pessoal idoneo para os cargos policiaes”, assim como da “deficiência do jury” e a recusa de depoimentos dos “que sabem contra os criminosos”. E, como solução defendia o presidente Pedrosa a utilidade da prisão preventiva

para a prompta e segura repressão dos crimes, maximè em provincia como esta, onde o delinquente foragido custa a ser capturado, e póde assim esperar seguro a prescripção de seu crime”, apesar dela ser “uma arma perigosa contra a liberdade dos cidadãos e que não convém ser restabelecida.”²³

Essa preocupação com a segurança local conflitava com o costume das autoridades imperiais de punir soldados revoltosos, desordeiros ou indisciplinados de outras províncias com o confinamento em Mato Grosso.

De forma contraditória, eram as próprias forças militares um dos únicos recursos para a manutenção do controle e da defesa da região, a despeito de serem igualmente verdadeiros focos de agitação. E, quando essas reduzidas forças militares eram agilizadas no combate ao crime e ao banditismo também enfrentavam a carência de meios de comunicação e de locomoção que resultava invariavelmente na morosidade e ineficiência de sua ação repressiva num território tão extenso e de difícil controle.

O advento da república não trouxe para Mato Grosso mudanças substanciais que pudessem transformar as relações sócio-econômicas da região e caracterizar uma nova situação em relação à violência e ao banditismo ali existentes. Na realidade, a nova ordem política veio tão somente consolidar uma situação pré-existente no cenário das lutas pelo poder de mando nos níveis local e regional, intensificando o clima de violência e abrindo maior espaço à atuação declarada do *coronelismo*. Assim, teve seqüência em Mato Grosso o processo de institucionalização da *violência costumeira*,²⁴ caracterizando o seu momento mais conturbado que foi o período republicano.

Foi a partir desse momento que, paralelamente ao fenômeno coronelista e também como uma conseqüência do domínio dos *coronéis*, desenvolveu-se em Mato Grosso um banditismo sem precedentes na história brasileira. A região mato-grossense passou, então, a ser conhecida como *terra sem lei*, ou onde a única lei existente obedecia ao *artigo 44*, ou seja, a lei do *calibre 44*.²⁵ A violência ali existente, manifestada de maneira tão explícita e rotineira, assumiu tamanha naturalidade que surpreendia os viajantes de passagem por Mato Grosso, conforme relatos da época.

As disputas coronelistas só vieram reforçar ainda mais as condições favoráveis ao desenvolvimento do banditismo, envolvendo bandidos, não raras vezes, em lutas político-partidárias locais. O relacionamento direto ou indireto, declarado ou camuflado entre *coronéis* e bandidos tornou-se, portanto, comum a todos os movimentos revolucionários a partir de 1891, de tal forma que, em relação a Mato Grosso, ambos os fenômenos *coronelismo* e banditismo não podem ser compreendidos separadamente.

Nesse agitado contexto político, a relação *coronel-bandido* tornou-se mais evidente através da prática largamente utilizada pelos chefes locais de arrebancar com relativa facilidade homens armados. Essa capacidade de arregimentação foi, de fato, um dos mecanismos mais eficientes dos *coronéis* usados no sentido de impor ou sustentar seu poder de mando nos níveis local e regional, nos momentos mais críticos da luta político-partidária. Os elementos egressos do banditismo e da marginalidade, ostensivamente convocados por *coronéis*, tornavam-se então aliados e/ou agentes de facções políticas que, ora estavam lutando para assumir o poder, ora estavam defendendo a manutenção do *status quo* e a ordem pública. Assim, as lutas coronelistas podiam ser *revolucionárias* quando objetivavam a ascensão de uma facção de *coronéis* ao poder, ou inversamente, *contra-revolucionárias* quando tratavam de preservar os cargos e postos conquistados anteriormente na política regional.

O envolvimento de bandidos nesse processo político teve, entretanto, desdobramentos que escaparam ao controle dos *coronéis*. Assim, em nome de uma *revolução* ou simplesmente dizendo-se revolucionários, bandidos e bandos passavam a saquear e depredar sistematicamente fazendas de inimigos políticos de seus líderes (isto é, do *coronel* a que estavam subordinados), estendendo igualmente a sua ação e violência sobre pequenos proprietários, sitiantes e comerciantes.

Em Mato Grosso, a luta armada obedeceu a um padrão mais ou menos invariável. Um *coronel*, ou grupo de *coronéis*, levantava-se em armas contra o governo, ou autoridades locais, sempre que seus interesses eram de alguma forma afetados. Como resposta imediata, outros *coronéis* armavam-se em defesa da situação, formando-se assim, em ambos os lados, batalhões paramilitares. Os componentes da oposição eram armados e

sustentados pelos *coronéis* da oposição, enquanto que seus adversários eram mantidos pelo próprio governo estadual *constituído*. Esses batalhões eram então fortalecidos por agregados, por mercenários estrangeiros (sobretudo na região da fronteira), e por bandidos.

Nesse contexto compreende-se facilmente a conotação de *povo armado* que adquiriu a região mato-grossense. Era, portanto, flagrante que a existência de um *povo armado* implicava necessariamente a constatação de um estado fraco e dependente. E, essa fragilidade evidentemente favoreceu a concentração de poder nas mãos dos *coronéis* locais. Assim, uma vez armados pelos *coronéis* (que não raro possuíam verdadeiros arsenais), era quase impossível recuperar após as refregas esse armamento distribuído. O contato fronteiriço facilitava a aquisição de armas e, caso flagrante foi a grande quantidade de armamento que circulou em Mato Grosso após a guerra do Chaco, incluindo metralhadoras (regionalmente denominadas *piripipi*).

Portanto, a arma foi parte integrante do homem da região, como componente indissociável do seu próprio corpo. Num inquérito sobre as ocorrências em Poconé, na eleição de 03.01.1891, uma testemunha confirmava a naturalidade de um *povo armado*, afirmando que *algumas pessoas estavam armadas de espingarda de um e de dois canos e de garruchas e naturalmente todos traziam faca, como é de costume*.²⁶

Essa situação de violência não envolveu tão somente *coronéis* e bandidos, mas também outros segmentos da sociedade mato-grossense a eles vinculados. As forças militares tiveram ainda um destacado papel nesse processo de escalada da violência em Mato Grosso, nas primeiras décadas do período republicano, aparecendo envolvidas diretamente nas lutas coronelistas. Mais tarde, por volta dos anos 20, as manifestações das forças militares aquarteladas na região refletiram as insatisfações políticas do movimento tenentista.

Porém, o que caracterizou Mato Grosso nesse período da República Velha e início do Estado Novo foi a quase total impunidade e inoperância do estado em segurança pública e controle do poder regional. Na realidade, a tolerância à violência dos *coronéis*, dos revolucionários e do banditismo demonstrou, por outro lado, o quanto eram sutis os limites que separavam o crime e a transgressão às leis das práticas políticas e atuação repressiva das autoridades locais. Nesse sentido, as leis, os códigos morais da sociedade e a ação do governo estadual que pressupunha a manutenção da ordem, da segurança individual e da tranquilidade pública adquiriram um alto nível de abstração e relatividade.

Outra forma de violência tolerada por um largo período desde fins do império foi a utilização de trabalho escravo em fazendas, usinas de açúcar e nos ervais de Mato Grosso. Até o ano de 1931 registrou-se a existência de escravidão de negros, índios e brancos em algumas usinas do norte que possuíam também um eficiente esquema repressivo,

com guarda própria, *troncos* e casas de suplício. Na região sul, mais especificamente nos ervais da Cia. Matte Larangeira, os trabalhadores que contraíam dívidas com a empresa passavam longo tempo trabalhando sob regime de escravidão.

O Interventor Federal, cel. Antonino Gonçalves, em 1931, iniciou uma campanha contra o trabalho escravo nas usinas nortistas. Com o auxílio de uma força militar, invadiu a Usina Conceição, prendendo seu proprietário, o *coronel* João Celestino Corrêa Cardozo, encontrando nessa fazenda “um tronco em que eram presas as suas vítimas pelo pescoço ou pelas pernas”,²⁷ ocorrendo o mesmo na Usina Aricá do *coronel* Virgínio Nunes Ferraz.²⁸ A intervenção federal no estado, após a revolução de 1930, em contraposição à realidade mato-grossense, esboçava uma tentativa de fortalecimento do poder estatal na região. As humilhações impostas pelo cel. Antonino aos *velhos coronéis*, muitos deles inclusive sendo amarrados em *troncos*, significavam a presença e a força do estado nos antigos *feudos* coronelistas. A rebeldia dos *coronéis* foi esmagada, na prática, em nome de um estado forte.

Foi nessa mesma década, no ano de 1939, que se iniciou o desarmamento dos *coronéis*, de bandidos e da população em geral, sobretudo na região sul do estado, quando o general José Pessoa intensificou a *lei do desarmamento*. Entretanto, o estado de Mato Grosso seria ainda por muito tempo conhecido como refúgio de bandidos e contraventores e lugar onde imperava a violência. Essa imagem de *terra de violência* e de *um povo armado* podia ser resumida na declaração de uma autoridade de Três Lagoas, no ano de 1931, que sintetizou de maneira *sui generis* a gente de seu município como de *índole revolucionário-pacifista, amante em extremo das armas*.²⁹

Recebido em Novembro/2008; aprovado em: Março/2009.

Notas

* Professor Titular de História aposentado e professor Doutor Visitante da UFMS. Coordenador da Revista Albuquerque, periódico dos cursos de História da UFMS. E-mail: valmir.correa@uol.com.br

¹ LEVERGER, Augusto. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 205, out./dez., 1949, p. 215.

² CORRÊA, Valmir Batista. *História e Violência em Mato Grosso, 1817-1840*. Campo Grande, Ed.UFMS, 2000.

³ CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso, 1889-1943*, 2ª. ed., Campo Grande, Ed.UFMS, 2006; e CORRÊA, Valmir Batista. *Fronteira Oeste*. 2ª. ed. Campo Grande, Ed.Uniderp, 2005.

⁴ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, IEB, 1969, p. 19-60.

⁵ Descrição Geographica da Capitania de Mato Grosso: anno de 1797. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XX, 1857, p. 229.

⁶ SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Chronicas do Cuyaba. São Paulo, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. IV, 1898-1899, p. 179.

⁷ Ver LAPA, J. R. Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo, Perspectiva, 1973, pp. 43-48.

⁸ CAMPOS, Antonio Pires de. Breve Notícia que dá o Capitão do Gentio Barbaro que há na Derrota da Viagem das Minas de Cuyabá e seu Reconcavo... Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXV, 1862, pp. 437-438.

⁹ Segundo Siqueira, “precisam os seus moradores andar carregados de armas para qualquer acontecimento, pois este quando succede é sempre repentino porque semelhante inimigo não tem outro modo de acometter senão de assalto e com traição”. SIQUEIRA, op. cit., p. 247.

¹⁰ FLORENCE, Hercules. Esboço da viagem feita pelo sr. Langsdorff no interior do Brasil desde Setembro de 1825 até Março de 1829. Escripto em original francez pelo 2º desenhista da comissão scientifica... Traduzido por Alfredo d’E. Taunay. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomos XXXVIII-XXXIX, 2ª parte, 1875-1876, p. 247.

¹¹ ALINCOURT, Luiz d’. Rezultado dos Trabalhos e Indagações Statisticas da Província de Matto-Grosso. Rio de Janeiro, *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 1881, p. 94.

¹² CASTELNAU, Francis. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*. São Paulo, Nacional, 1949, tomo II, p. 333.

¹³ Exposição da Junta Governativa de Cuiabá (23 de setembro de 1821). CORRÊA FILHO, Virgílio. O Governo de Matto-Grosso de Magessi a Pimenta Bueno in *Notas à Margem*. São Paulo, Secção de Obras d’O Estado de São Paulo, 1924, p. 152.

¹⁴ Cf. CORRÊA, Valmir Batista. História e violência, op. cit., pp. 48-50.

¹⁵ Id., pp. 52-68.

¹⁶ Id., pp. 68-84.

¹⁷ Segundo conceito da época, “Estas rugas compunham de um grupo de soldados armados de baionetas, cacetes e facas; espancando uns dias por outros os negociantes, caixeiros de lojas de fazendas e tavernas...”. Memoria descriptiva dos atentados da facção demagógica na Provincia da Bahia. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXX, 1867, p. 307

¹⁸ CORRÊA, Lúcia. Salsa. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1980, p. 48/9.

¹⁹ Mss. Of. n. 204, de C. Loizaga ao Señor Encargado de Negocio del Brasil D. Juan Antônio M. Totta Hijo, Asuncion, junio 22 de 1872 e Of. do subdelegado de policia Jose Joaquim de Souza Franco ao Presidente da Provincia Ten. Cel. Francisco Cardozo Junior, Corumbá, 17 de dezembro de 1872, Arquivo Público de Mato Grosso - Cuiabá (daqui para frente será referido como ArMT). Sobre a utilização de paraguaios prisioneiros como escravos, ver ainda POMER, León. *A Guerra do Paraguai*. A grande tragédia rioplatense. São Paulo, Global, 1980, p. 291/2.

²⁰ Mss. Of. do Barão de Villa Maria ao Alferes Francellino Rodrigues Nunes, Piraputanga, 27 de setembro de 1872 ao Ten e. Cel. Francisco Jose Cardozo Junior, presidente e commandante das armas da provincia, na mesma data, ArMT.

²¹ Os ataques às fazendas em determinadas regiões do pantanal, por exemplo, pelo bando do desertor Estraquilino demonstraram a fragilidade e a insegurança que caracterizou a região. Mss. Of. do Quartel do Commando do Destacamento no Nucleo Colonial do Taquary 20 de 7bº de 1872 ao Prezidente e Commte. das Armas da Provª, ArMT.

²² Mss. *Falla com que o Exmº Snr. Dr. João José Pedrosa Presidente da Provincia de Mato-Grosso Abrio a 1ª Sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléa no dia 1º de Novembro de 1878*, ArMT.

²³ Id.

²⁴ Essa *violência costumeira* pode ser exemplificada pela denúncia de Rondon de que índios no pantanal “estavam sendo *systematicamente caçados* e exterminados a tiros de carabina pelo coronel José Alves Ribeiro, sob o pretexto de que índios matavam para comer, as rezes das suas fazendas”, in RONDON,

Cândido M. S. *Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraficas de Matto Grosso ao Amazonas sob a direção do coronel de engenharia*. Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 1916, p. 58.

²⁵ PEREIRA, Armando de Arruda. *No Sul de Matto Grosso* (conferência). 21.05.1928, p. 26.

²⁶ Mss. Viagem e autuação do Chefe de Policia Francisco A. Ribeiro sobre Anarchistas em Pocone, cujos cabeças eram Cel. Antº Nunes da Cunha, Tenente Salomão A. Ribeiro e Dionizio Benites, 1891. ArMT.

²⁷ Telegrama of. 44, do cel. Antonino, Interventor Federal ao Ministro do Interior e Justiça, Oswaldo Aranha, Cuyabá, 26.01.1931, ArMT.

²⁸ Telegrama of. 53, do cel. Antonino ao presidente Getulio Vargas, Cuyabá, 29.01.1931, ArMT.

²⁹ Of. n. 31 do Intendente Municipal da Revolução Benevenuto Garcia Leal ao cel. Alcebiades Miranda, Interventor Federal, Três Lagoas, 10.02.1931, ArMT.